



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC
LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 18295863/2021-CPL/SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08220.001462/2021-02

PREGÃO Nº 06/2021

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de diversos materiais de consumo, permanente e TI para atender as necessidades da superintendência regional da polícia federal no Acre, delegacias descentralizadas e postos de fiscalização e órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

| MATERIAIS DE CONSUMO TI | | | | | MÉDIA VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL | VALOR TOTAL |
|-----------------------------|--|---|--------------|------|------------------------------------|---------------|
| ITEM | DENOMINAÇÃO | DESCRIÇÃO | UNID. MEDIDA | QTDE | | |
| 1 | MEMORIA - GERENCIADOR | SSD 1TB, M.2 NVME - formato: M.2 2280; capacidade 1 TB ou mais; leitura/gravação (sequencial: até 2.200/2.000MB/s - aleatório 4K: até 250.000/220.000 IOPS); compatível com notebook Thinkpad T480; Marca de referência: Kingston. similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). | Unidade | 1 | R\$ 1.515,91 | R\$ 1.515,91 |
| | MEMORIA - PARTICIPANTE 3 | | | 20 | | R\$ 30.318,20 |
| 2 | MEMORIA | 8GB DDR3 – Capacidade 8GB; frequência 1.600MHz; latência 11; conter apenas 1 módulo; padrão DDR3; segmento: desktop; tensão 1.35 V; 240-pinos; Marca de Referência: Kingston. similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). | Unidade | 40 | RS 410,19 | RS 16.407,60 |
| 3 | MEMORIA | 4GB DDR3 – Capacidade 4GB; frequência 1.600MHz; latência 11 9; conter apenas 1 módulo; padrão DDR3; segmento: desktop; tensão 1.35 V; 240-pinos; Marca de Referência: Kingston. similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). | Unidade | 20 | RS 268,20 | RS 5.364,00 |
| 4 | TECLADO - GERENCIADOR | Especificações mínimas: Teclado mecânico ABNT2, com cabo, interface USB, 104 teclas, Descanso da mão, USB 2.0 hub de 2 portas, resistente a derrame, cor preto. Modelo de referência: Dell. similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). | Unidade | 20 | RS 171,84 | RS 3.436,80 |
| | TECLADO - PARTICIPANTE 1 | | | 40 | | RS 6.873,60 |
| VALOR GLOBAL | | | | | RS 63.916,11 | |
| MATERIAIS DE PERMANENTES TI | | | | | MÉDIA VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL | VALOR TOTAL |
| ITEM | DENOMINAÇÃO | DESCRIÇÃO | UNID. MEDIDA | QTDE | | |
| 5 | IMPRESSORA | IMPRESSORA LASER COLORIDA. Especificações Técnicas mínimas: -● Multifuncional com interface de rede com impressão laser colorida e scanner de alta resolução. ● Interfaces Padrão: Ethernet, USB 2.0 de alta velocidade ● Conectividade: Rede Ethernet ● Função Fax: Sim ● Sistemas Operacionais Compatíveis: Mac OS X , Windows 7 , Windows 8 , Linux , Windows 10. ● Alimentação: 110 V ● Tecnologia: Laser. ● Velocidade Máx de Impressão: 33 ppm ● Impressão Colorida: sim. ● Impressão Frente e Verso: Sim ● Capacidade mínima de impressão mensal (pags/mês): 60000. ● Capacidade mínima Recomendada mensal mínima (pags/mês): 4000 ● Resolução Máxima de Impressão: 600 x 2400 dpi ● Resolução de Cópia (máxima): 600 x 600 dpi ● Impressão Direta via USB: Sim. ● Rendimento do Cartucho Inicial (em páginas): 4000 ● Tamanho de Papel: A4 210 x 297 mm, A5 148 x 210 mm , A6 105 x 148 mm, Carta 215 x 279 mm, Envelope, Executivo 184 x 266 mm, Ofício 216 x 356 mm. ● Gramatura máxima do papel: 105 g/m ● Gramatura máxima do papel (bandeja multiuso): 163 g/m. ● Capacidade mínima Bandeja de Entrada: 250 ● Capacidade mínima da Bandeja de Saída: 150. ● Capacidade Alimentador Automático: mínimo de 50 ● Capacidade mínima Bandeja Multiuso: mínimo de 50. ● Ampliação e Redução mínima: 400% - 25% ● Cópia Frente e Verso: Sim. ● Tamanho Máximo para Digitalização: Ofício ● Tamanho do Vidro de Documentos: 21,6 x 35,6 cm. ● Itens Inclusos: Cabo de Alimentação, Cartucho Amarelo , Cartucho Ciano , Cartucho Magenta , Cartucho Preto , Cd Instalação e/ Manual , Cilindro ● Marca de referência: Brother. similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). | Unidade | 7 | RS 4.532,93 | RS 31.730,51 |
| 6 | NOBREAK - GERENCIADOR | Especificações mínimas: 1) Potência: 10KVA; 2) Altura máxima de 6U; 3) Tensão nominal de entrada: 220 (FFT); 4) Tensão nominal de saída: 110/220 V; 5) Forma de onda: senoidal pura; 6) Tempo de Transferência 4ms típico; 8ms máximo; 7) Tipo de bateria: Bateria selada Chumbo-Acido livre de manutenção e à prova de vazamento; 8) Autonomia: mínimo de 10 minutos com carga de 5000W; 9) Porta de interface USB; 10) Regime nominal de picos de tensão de energia: mínimo de 320 Joules; 11) Deve ser fornecido com material para montagem em rack e cabos de força; 12) Proteção contra sobretensão de rede elétrica, subtensão de rede elétrica, surtos de tensão na rede, variação de frequência da rede elétrica e distorção harmônica da rede elétrica.. Marca de referência: APC. similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). | unidade | 1 | RS 25.957,76 | RS 25.957,76 |
| | NOBREAK - PARTICIPANTE 2 | | | 16 | | RS 415.324,16 |
| | NOBREAK - PARTICIPANTE 3 | | | 1 | | RS 25.957,76 |
| 7 | SCANNER - GERENCIADOR | Scanner Alta Velocidade. Especificações Técnicas mínimas: Digitalização de múltiplas páginas a partir do alimentador automático de documentos (ADF) de, no mínimo, 50 folhas. Interfaces de rede padrão Wireless 802.11b/g/n e Ethernet Gigabit (cabead). Display Touchscreen Colorido de no mínimo 3". Destinos de digitalização ampliados, incluindo: arquivo, imagem, e-mail, servidor de e-mail, FTP/SFTP, OCR, impressão, rede, pendrive; aplicativos de nuvem. Funções avançadas de digitalização, incluindo detecção de alimentação múltipla ultrassônica. Marca de referência: Brother. similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). | Unidade | 18 | RS 3.542,07 | RS 63.757,26 |
| | SCANNER - PARTICIPANTE 1 | | | 10 | | RS 35.420,70 |
| VALOR GLOBAL | | | | | RS 598.148,15 | |
| MATERIAIS DE CONSUMO | | | | | MÉDIA VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL | VALOR TOTAL |
| ITEM | DENOMINAÇÃO | DESCRIÇÃO | UNID. MEDIDA | QTDE | | |
| 8 | MALETA DE FERRAMENTAS - GERENCIADOR | Maleta de ferramentas completa com no mínimo 399 peças: Maleta em alumínio e com rodas para facilidade de movimentação. Ferramentas em aço cromo vanádio com no mínimo as seguintes peças: 9 x Chave combinada (6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17); 1x Alicate de nariz longo; 1x Cortador lateral; 1x Chave ajustável; 1x Alicates de bomba de água; 1x Alicates combinados; 1x Tesoura; 1x Alicates de bloqueio universal; 1x Fita de isolamento (preto); 1x Martelo de garra; 1x Arma de cola (plugue europeu de 2 pinos); 2 x Varas de cola; 1x Nível de espuma de alumínio; 2x Grampo de plástico; 1 x Faca; 1 x kit de acessórios de 100 peças (unhas , parafusos, ganchos, etc.); 1 x fita métrica, 5 m; 9 x Chave de fenda magnética (5x Phillips, 4x ranhurada); 2 x Chave de fenda magnética (Phillips e ranhura); 3 x Chave de fenda isolada (1x Phillips, 2 vezes ranhurada); 1 x Probador elétrico 100V-240V; 6 x Chave de fenda de precisão (2x Phillips, 4 fusadas 4); 48 x bits de chave de fenda mista (Phillips, ranhuras e torques); Chave Allen de 16x; 1 x chave De fenda de catraca; 1 x adaptador de bit magnético; 1 x medidor de pressão; 15 x inserto de soquete hexagonal 1/4 (4 a 13 mm); 14 x inserção de soquete Hex 1/2 (10 a 24 mm, mais 27 a 30 mm); 2 x 1/4 Barra de extensão; 2 x 1/2 Extensão barra; 1 x 1/4 junta universal; 1 x 1/2 junta universal; 1 x 1/4 barra de extensão flexível; 1 x 1/4 T-handle; 1 x 1/2 T-handle; 2 x 1/2 tomada de vela de ignição 16 e 21 mm; 1 x alça giratória 1/4 de polegada; 1 x 1/2 catraca reversível; 1 x 1/4 catraca reversível. | Unidade | 1 | RS 1.285,79 | RS 1.285,79 |
| | MALETA DE FERRAMENTAS - PARTICIPANTE 1 | | | 1 | | RS 1.285,79 |
| | MALETA DE FERRAMENTAS - PARTICIPANTE 2 | | | 1 | | RS 1.285,79 |
| VALOR GLOBAL | | | | | RS 3.857,37 | |
| MATERIAIS PERMANENTES | | | | | MÉDIA VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL | VALOR TOTAL |
| ITEM | DENOMINAÇÃO | DESCRIÇÃO | UNID. MEDIDA | QTDE | | |
| 9 | APARELHO DE PONTARIA | APARELHO DE PONTARIA do tipo mira holográficas para arma longa - Especificações Técnicas mínimas: Magnificação x1; Dimensões (CxLxA) 117mm x 62mm x 68mm; Dimensões da Lente 33x20 (mm); Campo de Visão Ilimitado; Alívio ocular Ilimitado; Iluminação do Reticulo 40 níveis (10 para visão noturna); Reticulo de Mira 2 (MOA), tecnologia LED; Fonte de Energia 1 bateria AA (Alcalina, Lítio ou recarregável); Tempo de Bateria > 3000 horas em operação contínua; Sistema de poupança de energia Liga/Desliga automaticamente (sensor de movimento); Peso 300 g; Montagem de Arma Picatinny (MIL-STD-1913). Marca de Referência: HORUS. similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). | Unidade | 5 | RS 5.599,67 | RS 27.998,35 |
| 10 | CORTADOR DE GRAMA | TRATOR cortador de grama Especificações Técnicas mínimas: - Potência mínima 26 hp, combustível gasolina a 4 tempos, capacidade mínima do tanque de combustível: 14 litros, tipo de óleo lubrificante: 20w 50 (api-sg-sl), capacidade mínima do cárter: 1,70 litros (sem filtro) e 1,80 litros (com filtro); bateria: 35 a/h 280 cca mínimo; sistema de carga: 16a a 3600 rpm; vela de ignição: abertura 1mm (0,04) ; transmissão mecânica mínima de 6 velocidades; embreagem eletrônica de acionamento das facas, faixa de corte mínima de 1,30,m; velocidade mínima: a frente de 0 a 8,20 km/h, marcha ré de 0 a 2,60km/h. Marca de Referência: husqvarna. similar | Unidade | 1 | RS 17.480,41 | RS 17.480,41 |

| | | | | | | |
|--------------|----------------------|---|---------|---|---------------|---------------|
| | | ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). | | | | |
| 11 | DESMONTADORA DE PNEU | DESMONTADORA LATERAL DE PNEUS. Especificações Técnicas mínimas: - 220; MONOFÁSICA; LATERAL;1,5 HP; ESPATULA DE NO MÍNIMO 20". Marca de Referência: FORTGPRO. similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). | Unidade | 1 | RS 7.223,52 | RS 7.223,52 |
| 12 | GPS - GERENCIADOR | Aparelho GPS.Especificações Técnicas mínimas:: classificação de impermeabilidade: IEC 60529IPX7; intervalo de temperatura de funcionamento: de -20°C a 50°C; Intervalo de temperatura de carregamento: de 0°C a 45°C; frequência/protocolo de :radio: protocolo de comunicação sem fio ANT+ de 2,4GHz, GHz Wi-Fi - dispositivo compatível com bluetooth; distância segura da bússola: 17,5cm (7 pol.). Marca Refrência: GARMIN. similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). | Unidade | 2 | RS 4.832,33 | RS 9.664,66 |
| | GPS - PARTICIPANTE 1 | | | 4 | | RS 19.329,32 |
| 13 | GUINCHO ELETRICO | GUINCHO Elétrico. Especificações Técnicas mínimas: 15.500lbs / 7240kg Com Cabo Sintético De Kevlar E Controle Remoto Com Fio - Guincho Elétrico 15.500 Lbs. - Acompanha Cabo De Kevlar De 30 Mts - Pintura Fosca - Solenoide Blindado - Controle Remoto Com Fio. Marca de Referência: Winch. similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). | Unidade | 2 | RS 12.522,67 | RS 25.045,34 |
| 14 | QUADRICICLO | Especificações Técnicas mínimas:: MOTOR: Tipo: OHV, monocilindrico, 4 tempos, refrigeração líquida; Cilindrada: 420 cc; Potência Máxima: 26,9 cv a 6.250 rpm; Torque Máximo: 3,4 kgf.m a 5.000 rpm; Transmissão: 5 velocidades + Ré; Sistema de Partida: Elétrico; Diâmetro x Curso: 86,5 x 71,5 mm; Relação de Compressão: 9,9:1; Sistema Alimentação: Injeção Eletrônica PGM-FI; Combustível: Gasolina. SISTEMA ELÉTRICO: Ignição: Eletrônica; Bateria: 12V - 12 Ah; Farol: 35 / 35W (2x). CAPACIDADE: Tanque de Combustível: 14,4 litros; Óleo do Motor: 3,3 litros; DIMENSÕES: Comprimento x Largura x Altura: 2103 x 1205 x 1174 mm; Distância entre eixos: 1268 mm; Distância mínima do solo: 183 mm; Altura do assento: 856 mm; Peso Seco: 265 kg. CHASSI: Tipo: Berço duplo; Suspensão Dianteira/Curso: Tipo Bifurcação dupla / 170 mm; Suspensão Traseira/Curso: Tipo "Trailing" / 170 mm; Freio Dianteiro/Diâmetro: A disco / 190 mm; Freio Traseiro/Diâmetro: A tambor / 160mm; Pneu Dianteiro: AT 24 X 8 - 12 (sem câmara); Pneu Traseiro: AT 24 X 10 - 11 (sem câmara). Marca de Referência: HONDA. similar ou de melhor qualidade (tcu, acórdão 2401/2006, 9.3.2. plenário e tcu, acórdão 113/2016, plenário). | Unidade | 4 | RS 37.325,00 | RS 149.300,00 |
| VALOR GLOBAL | | | | | RS 256.041,60 | |

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. Havendo divergências entre as especificações/unidades de medida registradas no sistema comprasnet e o edital ou termo de referência, serão válidas a destes últimos. Portanto, devem ser consideradas as informações contidas no Termo de Referência e no Edital, em detrimento do que consta no Sistema Comprasnet, haja vista a limitação do seu catálogo de produtos e serviços.

1.6. As descrições e indicações de marcas de referência tem como objetivo assegurar o padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho dos bens adquiridos, sendo que empresas podem apresentar marcas diferentes que apresentem características iguais ou superiores as descrições dos itens demandados na tabela 1.1 deste Termo de Referência.

2. DOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS E PROCEDÊNCIA DOS MATERIAIS

- 2.1. Os produtos deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental;
- 2.2. Os materiais empregados nos produtos utilizados deverão priorizar a redução de impacto ambiental;
- 2.3. Os bens apresentados na proposta deverão estar em conformidade com as normas NACIONAIS e INTERNACIONAIS estabelecidas para sua classificação no mercado. Além disso, caso necessário devem possuir certificação ou declaração da fabricante que ateste sua procedência, segurança e credibilidade, que poderá ser solicitado pela administração a fim de atestar que os materiais estão em conformidades com as normas vigentes durante a fase de julgamento da proposta;
- 2.4. Não serão aceitos bens de procedência duvidosa, usados ou remanufaturados.
- 2.5. Caso o bem apresentado possua marca/modelo com reputação que não possa ser aferido no mercado, ou que não possua referência no mercado brasileiro, poderá ser solicitado certificação ou declaração da fabricante conforme dispõe item 2.3.
- 2.6. Em qualquer caso as características dos bens apresentados na proposta do licitante serão analisadas criteriosamente pelo setor demandante, podendo ser solicitado folders, catálogos ou amostras.
- 2.7. Materiais que possuem determinações pelo órgão regulamentador INMETRO, conforme estabelece o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

| ITEM | DENOMINAÇÃO | DETERMINAÇÃO |
|------|-------------|--|
| 6 | IMPRESSORA | Só será admitida a oferta de produto que possua CERTIFICAÇÕES emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, nos termos da Portaria INMETRO n.º 170, de 10 de abril de 2012 , que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto. |
| 7 | SCANNER | Só será admitida a oferta de produto que possua CERTIFICAÇÕES emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, nos termos da Portaria INMETRO n.º 170, de 10 de abril de 2012 , que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto. |

- 2.8. Os itens acima devem possuir certificações que passaram pelos Mecanismos de Avaliação da Conformidade das referidas portarias.
- 2.9. As apresentações das certificações podem ser realizadas e consultadas pelo pregoeiro e equipe de apoio diretamente através <http://www.inmetro.gov.br/prodcert/certificados/busca.asp>, além disso também poderão ser consultados sites das próprias fabricantes a fim de confirmar que os materiais possuem as certificações exigidas.

2.10. Critérios de preferência do Decreto n. 7.174, de 2010

- 2.10.1. O item 6 é abrangidos pelos critérios de preferência.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 5.1. Os bens a serem adquiridos são caracterizados como bens comuns de que trata a Lei nº. 10.520/02, o Decreto nº. 5.450/05 e o Decreto nº. 3.555/00 haja vista que os padrões de qualidade e todas as características gerais e específicas de suas prestações são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitados por meio do Pregão.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de até 60 dias, contados do recebimento do empenho pela empresa, em remessa única, nos seguinte endereços:

| ORGÃOS | ENDEREÇO | E-MAIL-/TELEFONE |
|--|--|--|
| GERENCIADOR - SUPERINTENDENCIA REG.DEPPOLICIA FEDERAL - AC | Rua Tribunal de Justiça, nº 3501, Bairro Portal da Amazônia, BR 364, CEP: 69.915-630 – Rio Branco/Acre | E-mails: cpl.srac@dpf.gov.br e/ou cpl.srac@gmail.com Telephone: (68) 3212 1200 |
| PARTICIPANTE 1 - SUPERINTENDENCIA REG.DEPPOLICIA FEDERAL - MT | Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1.205, Bairro Baú, Cuiabá/MT, CEP. 78.008-9025 | E-mail: gentil.egs@dpf.gov.br Telephones: (65) 3927-9307/ 9203 |
| PARTICIPANTE 2 - SUPERINTENDENCIA REG.DEPPOLICIA FEDERAL - SC | Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4744 - Agronômica, Florianópolis - SC, CEP. 88025-255 | E-mail: cpl.srsce@dpf.gov.br Telephones: (48) 32816647 /6645/6643 |
| PARTICIPANTE 3 - 7 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-MEX/AC | AV Nações Unidas 2100, Bairro 7º BEC, CEP: 69918-093, Rio Branco/Acre | E-mail: licita7bec17@gmail.com Telephone: (68) 3214 - 6319 |

- 6.2. No caso de produtos de consumo, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 6 meses para materiais de consumo e 12 meses para materiais permanentes.
- 6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo setor demandante e pelo NAD, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.1.2. O recebimento deve ser realizado de forma adequada por profissionais com experiência na área.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

13. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

13.1. O prazo de garantia contratual dos bens de consumo será de, no mínimo, 06 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido).

13.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

13.3. O prazo de garantia contratual dos bens permanentes, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido).

13.4. Os materiais deverão estar em plena validade, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes.

13.5. A finalidade das garantias dos subitens 13.1 e 13.2 é assegurar, por um determinado período, padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho dos bens adquiridos. Por isso, constitui uma obrigação futura que será exigida nos casos em que a Administração verificar algum defeito no produto entregue pelo contratado.

13.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.10. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

13.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

13.12. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

13.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

13.16. A empresa deverá fornecer o prazo de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação e especificação na própria proposta apresentada via sistema.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. Comportar-se de modo indonócio;

14.1.5. Cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O valor máximo aceitável para a contratação, será os apresentados na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

15.2. As pesquisas de preços foram realizadas conforme Incisos I (Preços Públicos), III (sítios eletrônicos especializados) do Art.5 da Nova IN 73/2020 - Pesquisa de Preços, onde foi obtido através de média os preços máximos aceitáveis desconsiderando os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados conforme orienta o Art. 6 da Nova IN 73/2020.

RENZO RAMOS GAMA
AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL
SELOG/SR/PF/AC

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional para fins de aprovação.

GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO
Agente Administrativo
Chefe do SELOG/SR/PF/AC

DESPACHO:

Com fundamento legal no Decreto 10.024/19, **APROVO** o Termo de Referência, bem como **AUTORIZO** a realização da licitação para a Aquisição de diversos materiais de consumo, permanente e TI para atender as necessidades da superintendência regional da polícia federal no Acre, delegacias descentralizadas e postos de fiscalização, devido a essencialidade destes materiais para manutenção das atividades deste órgão, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações correlatas.

LARISSA MAGALHÃES NASCIMENTO
Delegada de Polícia Federal
Superintendente Regional da SR/PF/AC Em Exercício



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA MAGALHAES NASCIMENTO**, Superintendente Regional em Exercício, em 09/04/2021, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENZO RAMOS DA GAMA**, Gestor de Contrato, em 09/04/2021, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO**, Gestor Financeiro, em 09/04/2021, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18295863** e o código CRC **B830698B**.